

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 14

Nº 41

Janeiro/Março 2002

CONTEÚDO

**O Comportamento da Conta Viagens Internacionais
no Período de 1982 a 2000.**

Roberto Meurer e Sandra Duarte

1

**O Brasil e o mundo no Século XXI. Desafios de longo
alcance.**

Antony P. Müller

5

**O Imigrante Germânico e o Desenvolvimento Econômico
de São Pedro de Alcântara e de Blumenau.**

Michael Ax-Wilhelm e João R. Sanson

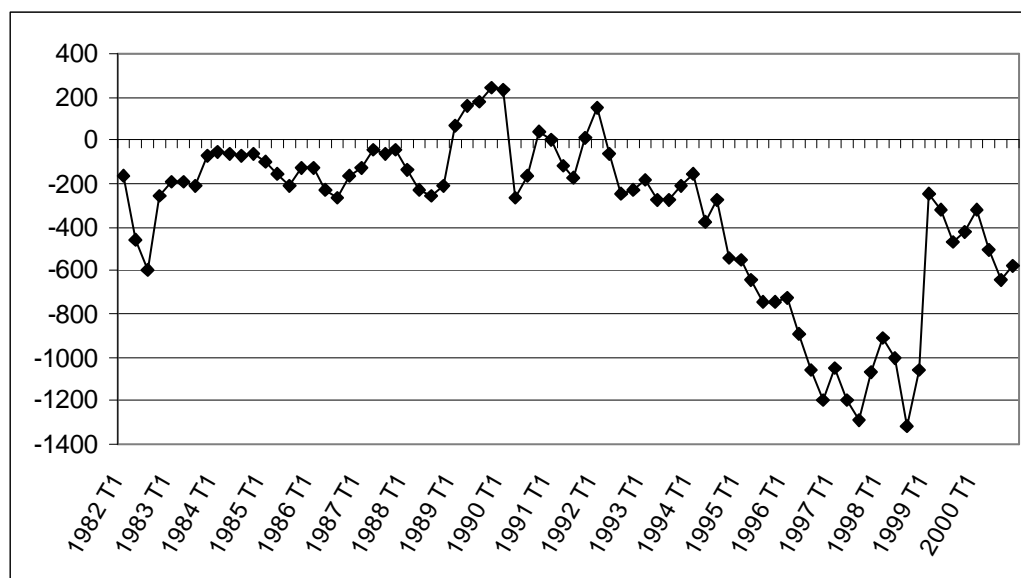
9

O Comportamento da Conta Viagens Internacionais no Período de 1982 a 2000¹

Roberto Meurer*
Sandra Duarte**

Na década de 80, num contexto de severa restrição de liquidez externa e elevadas despesas com juros sobre a dívida externa, o Brasil se notabilizou pela geração de megasuperávits na balança comercial. Paralelamente, o país passou por uma inflação crônica com taxas elevadas que foi combatida com choques de eficácia variável e efêmera até a implementação do Plano Real em 1994. Com o plano ocorre uma acentuada valorização da moeda doméstica, que tem como uma de suas conseqüências o primeiro déficit comercial das duas últimas décadas. Além do resultado negativo do saldo da balança comercial a partir de 1995, percebe-se a elevação do déficit da conta viagens internacionais na balança de serviços do Brasil, como pode ser verificado no gráfico 1. De 1994 a 1996 o déficit desse item variou em mais de 200%, passando de US\$ 1,2 bilhões para US\$ 3,6 bilhões.² A mudança do regime cambial e a desvalorização do real em janeiro de 1999 estão associadas à redução do déficit em viagens internacionais.

Gráfico 1 - Saldo da conta Viagens Internacionais – em milhões de dólares de dez/99



Fonte: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA

¹ Este artigo baseia-se em DUARTE (2001).

* Professor do Departamento de Economia – UFSC.

** Economista.

² Os valores estão expressos em dólares de dezembro de 1999. O deflator utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos.

Os valores envolvidos na conta de viagens internacionais são consideráveis, comparativamente a outras contas das transações correntes do balanço de pagamentos do Brasil. A atenção que lhe é dispensada, no entanto, não é proporcional. Neste artigo busca-se verificar se há relação entre o comportamento das receitas e despesas na conta viagens internacionais com a taxa real de câmbio.

A conta viagens internacionais está associada às transações englobando as despesas realizadas pelos turistas ou viajantes a negócios procedentes do exterior que estão temporariamente de passagem pelo país e as despesas realizadas no exterior pelos residentes no Brasil. Em termos contábeis, além do subitem turismo, a conta viagens internacionais é composto pelos subitens negócios, manutenção de estudantes, tratamento de saúde e funcionários do governo.

Historicamente, pelo menos desde a década de 1970, a conta viagens internacionais apresentou resultados negativos em seus saldos, com exceção do ano de 1989, quando o Banco Central do Brasil mudou a metodologia de computação dos seus resultados. Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo, 2001), os déficits da conta viagens internacionais divulgados pelo Banco Central nas duas últimas décadas são superestimados, pois não levam em conta a compra e venda de dólares no mercado paralelo para os turistas brasileiros e estrangeiros. Por outro lado, o Banco Central em suas análises aponta a política cambial como um dos principais fatores para a dinâmica de variação do saldo deste item, principalmente a partir de 1994. Os dados da Embratur, entretanto, são apenas anuais, o que implicaria perda de muitas informações, motivo pelo qual se preferiu trabalhar com os dados trimestrais do balanço de pagamentos.

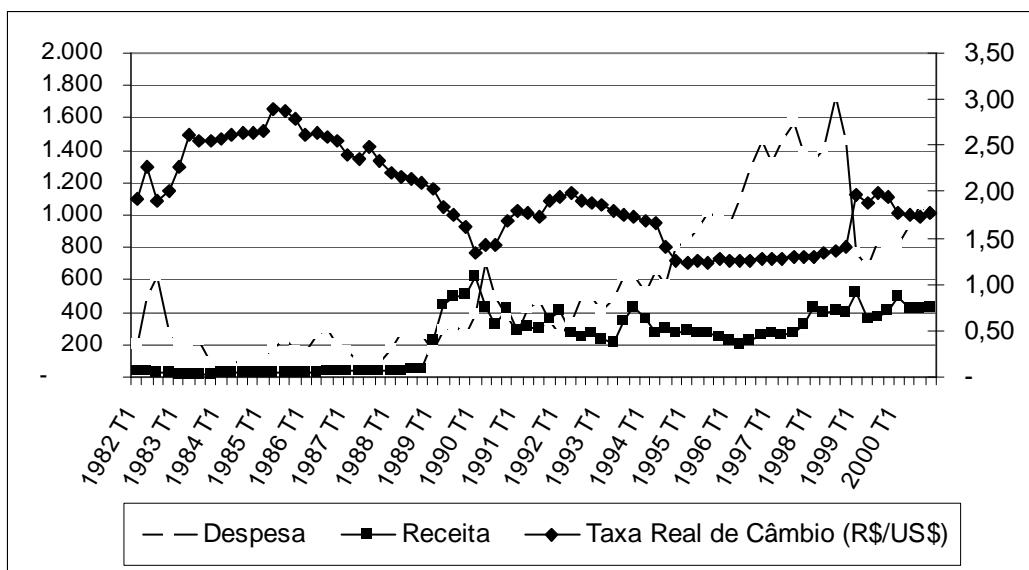
Com base nos relatórios anuais do Banco Central do Brasil, verifica-se que de fato as receitas da conta viagens internacionais não são realistas até 1988, como mostra o gráfico 2. Isto ocorre porque muitas das operações com moeda estrangeira ocorriam no mercado negro, tanto pelas restrições quantitativas à compra de moeda estrangeira por turistas brasileiros quanto pela diferença entre a cotação do câmbio oficial e a do mercado negro, que levavam as vendas de divisas pelos viajantes estrangeiros no Brasil a não ocorrer no mercado de câmbio formal. Com a resolução 1.557 do Banco Central do Brasil, de 1988, incluiu-se as viagens internacionais no segmento do dólar turismo, diminuindo a pressão sobre a cotação do dólar paralelo. Com isso, o saldo das viagens internacionais em 1989 chegou a ser superavitário, como mostra o gráfico 1.

Para verificar se a taxa real de câmbio³ apresentou influência sobre despesas e receitas da conta viagens internacionais no período de 1982 a 2000 foi calculado o coeficiente de correlação entre as variáveis. O coeficiente de correlação é um número que varia entre -1 e 1. Ele indica se duas séries de números têm os seus afastamentos da média ocorrendo no mesmo sentido, em sentido inverso ou se os movimentos não

³ A taxa real de câmbio foi definida como $R = eP^f/P$, onde e é a taxa nominal, P^f o índice de preços ao consumidor dos Estados Unidos e P o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

têm relação. Quanto mais próximos de 1 os valores do coeficiente, mais perfeita a correlação, ou seja, as duas séries se movimentam no mesmo sentido. Caso o coeficiente seja próximo de -1 , indica que o aumento do valor em uma série está associado à redução na outra série. Valores próximos de zero indicam que não há padrão de comportamento comum.

Gráfico 2 – Receitas e despesas de viagens internacionais (US\$ milhões de dez/99) e taxa de câmbio real (R\$/US\$)



Fonte: Elaborado a partir do dados do IPEADATA

Como existe o problema com os dados das receitas até 1989, o cálculo do coeficiente de correlação entre receitas e taxa de câmbio foi efetuado apenas a partir desse período. Também foram efetuados os cálculos para outros subperíodos, com o objetivo de detectar eventuais características específicas. A tabela 1, abaixo, retrata os resultados dos cálculos.

Tabela 1 – Coeficientes de correlação entre despesas e receitas de viagens internacionais e taxa de câmbio real

Variáveis	Período	Coeficiente	t calculado	t tabelado 5% (graus de liberdade)
Despesas/câmbio	1982-2000	-0,765	-10,205	1,98 (74)
Despesas/câmbio	1989-2000	-0,618	-5,331	2,00 (46)
Receitas/câmbio	1989-2000	0,219	1,521	2,00 (46)
Despesas/câmbio	1994-1998	-0,385	-1,769	2,101 (18)
Receitas/câmbio	1994-1998	0,350	1,586	2,101 (18)
Despesas/câmbio	1999-2000	-0,681	-2,280	2,447 (6)
Receitas/câmbio	1999-2000	-0,130	-0,321	2,447 (6)

Analisando a tabela 1, observa-se que o coeficiente de correlação das despesas na conta viagens internacionais apresenta sempre sinal negativo, o que é esperado, porque câmbio desvalorizado significa maior custo para as viagens ao exterior e deveria levar a uma queda das despesas. Para períodos longos os valores do coeficiente de correlação são significantes ao nível de 5% e 1%. No período 1994-1998 não há significância estatística do coeficiente, o que é explicável pela manutenção do valor da taxa de câmbio ao longo do período, enquanto as despesas aumentam, como é observável no gráfico 2. Para o curto período 1999 a 2000, apesar dos poucos graus de liberdade para o cálculo, o coeficiente está muito próximo de ser significativo ao nível de 5%. No geral, percebe-se que as despesas com viagens internacionais apresentam o resultado esperado em sua relação com a taxa de câmbio, pois em períodos que a moeda brasileira se apreciou em termos reais, as despesas com viagens internacionais aumentaram consideravelmente, com destaque os períodos de 1995 a 1998, e em períodos de depreciação, caíram, como em 1999.

Em relação às receitas, o resultado do coeficiente de correlação foi baixo nos três períodos para o qual foi calculado e apresentou o sinal esperado para dois dos três períodos. Entretanto, em nenhum caso os resultados apresentaram significância estatística, mesmo quando o tamanho da amostra chegou a 48. Com isto conclui-se que não há relação entre as taxas de câmbio e as receitas de viagens internacionais no Brasil, ou seja, esta não é uma variável considerada para a decisão de viajar ao Brasil. Como ilustração deste fato, mesmo com a desvalorização de janeiro de 1999 as receitas praticamente se mantiveram no mesmo nível de 1998.

Assim, concluiu-se que a taxa real de câmbio influenciou o resultado das despesas do item viagens internacionais no período de 1982 a 2000, sem, porém, influenciar nos resultados das receitas nesse período, demonstrando que outras variáveis devem explicar a vinda dos não residentes, independente do valor da taxa de câmbio. Considerando o valor não desprezível das viagens internacionais no balanço de pagamentos do país, percebe-se uma possibilidade de melhoria nesta conta. Isto poderia ser feito agindo sobre o custo relativo do turismo doméstico como substituto das despesas com viagens internacionais. Outra possibilidade seria buscar o incremento das receitas, pois o preço relativo do turismo no Brasil, influenciado pela taxa real de câmbio, não parece ser uma variável inibidora deste fluxo.

Referências

- DUARTE, Sandra. *O Comportamento do Item Viagens Internacionais no Período de 1982 a 2000*. Jun. 2001. Monografia (Bacharelado em Economia) - Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. *Estatística de Turismo*. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *IPEADATA online*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2001.
- RELATÓRIO ANUAL. Brasília: Banco Central do Brasil, vários números.

O Brasil e o mundo no Século XXI. Desafios de longo alcance*

*Antony P. Müller***

Em termos das mudanças históricas, a nova época do século XXI começou já em 1989, com a queda do muro do Berlim e, poucos anos depois, com o fim da União Soviética. Os conflitos ideológicos que marcaram o mundo do século XX desapareceram quase da noite para o dia. Como consequência, as classificações do passado não deixaram de servir para caracterizar o presente. Mas ainda não existem conceitos adequados para definir a nova época que começou depois do fim das grandes lutas entre democracia e fascismo e comunismo. Como podemos definir a nova era? Talvez um conceito como “brasilianização do mundo” seja mais adequado do que outros conceitos que estão na moda hoje em dia, como “neoliberalismo”, “Consenso de Washington” ou “globalização”. Uma característica da situação atual e que nem entre as regiões do mundo nem no campo ideológico existem fronteiras e demarcações certas. Como parece, a nova época se mostra como um período de confusões e de falta de claras linhas de orientação. Nesse sentido, é verdade que, hoje o mundo inteiro é um pouco como o Brasil: bastante desorganizado, mas sem caos; com diferenças sociais grandes, mas sem enfrentamento direto; com avanços tecnológicos importantes, mas sem a sua ampla difusão.

Em contraposição ao período da “guerra fria”, os problemas-chaves de hoje se concentram cada vez mais nas áreas de comércio internacional e finanças internacionais. Enfrentamos uma situação onde as transações crescem, especificamente na esfera das finanças, mas o sistema econômico internacional ainda sofre de muitas deficiências em relação ao livre movimento de bens e pessoas. Falta uma ordem internacional digna deste nome.

Os mercados de transações financeiros internacionais caracterizam-se por um crescente volume simultaneamente a uma tendência de excesso de volatilidade. De fato há muita instabilidade. Frequentemente os mercados financeiros registram períodos prolongados em direção ao desequilíbrio que acabam suscitando correções fortes no curto prazo.

A alta velocidade nos movimentos das variáveis financeiras contrasta com os obstáculos existentes ao livre comércio e ao livre movimento da mão de obra. Existe uma contradição fundamental no sistema internacional no que concerne aos diferentes graus de liberdade e às diferentes velocidades entre o movimento de capital, de um lado, e o funcionamento da economia real, de outro lado. Não surpreende que nessa situação surjam vários e persistentes desequilíbrios. Por

* Este artigo é baseado na palestra inaugural do V Semana de Estudos Econômicos da FURB, 3 de setembro de 2001, em Blumenau, Santa Catarina.

** Doutor de economia da Universidade de Erlangen-Nuremberg (Alemanha), professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, especialista em finanças internacionais. E-mail: Antonypmueller@aol.com

exemplo: como um país devedor pode reduzir a sua dívida externa se não tem acesso aos mercados dos países credores sem restrições? E como é possível uma adaptação da economia real em termos de produção e emprego, diante de mudanças bruscas e fortes nas variáveis financeiras? Não é, de fato, uma surpresa que desequilíbrios se tornam persistentes dentro e entre as economias!

O fim do século XX marcou o fim de uma época no sentido de que se assistiu ao fim das grandes aspirações, das esperanças de que fosse possível a entrar numa nova época com um grande salto. Muitas promessas fracassaram. Substituir o capitalismo pelo socialismo, suprimir o livre mercado e criar uma economia planificada, abolir a democracia e aceitar uma ditadura – todas essas revoluções produziam fracassos profundos. Emerge como lição importante do século passado que fora do mercado livre e da democracia existem poucas alternativas, e que dentro desse sistema, de um Estado liberal, as esperanças precisam ser bem reduzidas.

Não há mais lugar para os grandes projetos futuristas, não há mais possibilidades de grandes avanços para o modernismo e não é mais possível ter esperanças de que as revoluções vão oferecer soluções instantâneas para todos.

A lição que surge do exame das últimas décadas inclui também a necessidade de reavaliar muitos modelos teóricos nos terrenos da política e da economia. Precisamos deixar as aspirações de desenvolver a economia e a sociedade com planos grandes. Talvez o princípio adequado para a nova época possa ser uma nova humildade intelectual, uma humildade que se refira também ao reconhecimento das ciências.

O que se pode esperar do novo século e quais vão ser as nossas tarefas? Quais são as tendências fortes que continuam fora das mudanças cotidianas? Em meios a multiplicidade de tendências transitórias, as que tem a ver com a demografia e a tecnologia são as que acenam com os impactos mais profundos e permanentes. Entre estes aparecem as seguintes tendências para o novo século:

- Os países industrializados sofrem transformação demográfica decorrente do crescimento da fração da população mais velha;
- As novas tecnologias oferecem vantagem relativamente maior para os países em desenvolvimento.

Quase todos os países altamente industrializados apresentam uma transformação demográfica profunda. As populações ativas na Europa, na Rússia e no Japão continuarão a encolher nas próximas décadas, com a consequência bem provável de colocar essas economias numa estagnação permanente (como já é o caso, por mais de uma década, no Japão). Ao mesmo tempo, observa-se nos Estados Unidos uma “latinização”. Paralelamente, as novas tecnologias oferecem aos países em desenvolvimento a chance de obter rapidamente e com custos reduzidos a infraestrutura tecnológica e informacional que permita acelerar as inovações. Por exemplo, a Internet tem um efeito maior em países com poucas bibliotecas, e o

impacto do sistema de telefones celulares é maior em países onde apresentam-se em menor número linhas fixas.

A força dessas tendências vai mudar as estruturas do poder. Por enquanto, quase todas as instituições e os níveis de regulação da economia internacional estão nas mãos dos “poderes velhos”. O livre comércio sofre é limitação quando os interesses desses países revelam-se em perigo. Moedas fora do dólar (e, talvez, o euro, no futuro) não servem para transações internacionais. Existe livre movimentação do capital (o que é de interesse dos países ricos), mas não ocorre a livre movimentação da mão de obra (o que estaria no campo de interesse dos países pobres).

Mas fora da integração no mundo do comércio internacional, não há desenvolvimento. Apesar das dificuldades advindas dessas integração, as alternativas são piores. Protecionismo, isolacionismo e autarquia são receitas certas para solapar o bem-estar de uma nação. Por isso, a solução não deve ser buscada em posições anti-capitalistas ou anti-internacionalistas. Ao contrário: deve-se criar novas instituições que promovam:

- Uma moeda internacional desvinculada de uma moeda nacional dominante;
- Livre comércio sem restrições para setores específicos.

Com essas demandas, confrontamos um conflito: o desenvolvimento precisa do comércio internacional, mas o mundo ainda não está preparado para aceitar as conseqüências da globalização, especificamente no que concerne à necessidades de que mercados livres para bens e capital precisam também ser mercados livres para o trabalho. Nesse sentido, o tempo presente ostenta menos avançados do que os séculos anteriores. Antes do surgimento do nacionalismo não havia as restrições que hoje aparecem como quase naturais. Até o fim do século XIX, passaportes, por exemplo, quase não existiam. A migração dentro de Europa era tão intensiva como entre a Europa e as Américas, e o ouro significava a existência de uma moeda verdadeiramente internacional, livre dos grilhões de um estado dominante. Mas obter o ideal de um mundo aberto ao livre movimento de pessoas, bens e capital configura uma ilusão grande demais a ser esperada. A globalização moderna já aparece, hoje em dia, perto de seus limites. As forças que movem a globalização têm um caráter anônimo e enfrentam a resistência de muita gente. Entre uma globalização total, de um lado, e o isolacionismo, do outro, existe uma outra alternativa: o regionalismo, materializado na criação de instituições *supranacionais* em um grupo de nações. Por exemplo, não é difícil imaginar que na região do Sul da América Latina (e no futuro na América do Sul inteira) pode-se criar um mercado livre entre países, com livre movimento de mão de obra e uma moeda comum. Isso é uma solução “second best”, no sentido de que o que não é possível no nível global é obtido no nível regional. A União Européia oferece um exemplo: de forma regionalmente limitada, realizam-se essas liberdades velhas: a saber, cria-se uma moeda comum que não é ligada a um estado individual dominante e instaura-se um comércio livre que inclui o livre movimento de empresas, pessoas individuais e mão de obra. A integração regional aparece como uma das tendências mais importantes que surgiu no século passado e

que vai ser válida para o novo século. O regionalismo permite alcançar liberdades econômicas num nível altamente avançado e, ao mesmo tempo, não exclui a cooperação com outros grupos de países. Hoje, os Estados nacionais mostram-se pequenos demais para confrontar os desafios da atualidade, seja a segurança militar, seja o problema da ecologia; e o comércio internacional e os fluxos de capitais são assuntos internacionais *per definitionem*. Assim, surge a perspectiva de um novo “federalismo internacional” com instituições internacionais de impacto global, como a OMC e as várias partes da ONU, ao lado de várias outras instituições de alcance regional, como a União Européia, o Mercosul ou a NAFTA. Nesse arcabanco, há de existir livre movimento de capital, bens e mão de obra, num sistema jurídico bem harmonizado e, ao lado das identidades nacionais e *subnacionais* (região micro), há de se revelar uma identidade *supranacional* definida em relação a região maior (região macro).

A nova era oferece grandes oportunidades, especificamente para os países em vias de desenvolvimento, e particularmente para um país como o Brasil. As modernas tecnologias facilitam o avanço econômico. Se as perspectivas realistas de hoje são limitadas, numa perspectiva secular o Brasil reúne todas as potencialidades imagináveis para se transformar em um modelo de progresso e ordem para toda a América Latina. O Brasil é o líder natural da integração na América Latina. Para o observador estrangeiro, às vezes parece que o país ainda quer evitar a sua obrigação. Contudo não existe outra alternativa quando se quer evitar o declínio e a dependência unilateral. Para assegurar o seu futuro econômico, o Brasil precisa fortalecer o Mercosul. Com o comércio intensificado, o país pode ganhar mais competitividade, o que é importante para ajudar as exportações também fora da região. Em um bloco, a importância individual dos países dessa comunidade também vai crescer, pois o que se perde em soberania, ganha-se em fortalecimento real. Uma visão como essa pode-se transformar numa estratégia concreta para a política econômica: a teoria e as experiências mostram que uma integração regional precisa de relações cambiais estáveis entre as economias que formam uma Comunidade; e essa estabilidade requer uma política monetária que garanta estabilidade do nível de preços e controles orçamentários. Imaginando-se um Mercosul bem encaminhado, estabilidade cambial e monetária, é possível prognosticar que a região será capaz de reduzir o perigo de contágio financeiro e, ao mesmo tempo, que sua voz vai se fortalecer em assuntos internacionais, ajudando a substituir a dependência por mais autonomia. A situação financeira não vai melhorar sem fortalecimento econômico, e o fortalecimento econômico não virá sem integração regional.

As lutas do novo século terão forma de muitas pequenas batalhas, no campo do comércio e das finanças, principalmente. São lutas que precisam de paciência e inteligência, e onde o progresso deverá vir em pequenos passos. Quem sabe? No fim deste século talvez o mundo fale do século da América Latina, com uma posição proeminente do Brasil. Claro, há alguns outros candidatos! Mas não devemos esquecer uma outra lição do século passado: o mundo é cheio de surpresas e às vezes coisas esperadas durante muito tempo acontecem quando não se crê mais nelas.

O Imigrante Germânico e o Desenvolvimento Econômico de São Pedro de Alcântara e de Blumenau

Michael Ax-Wilhelm^{*} e *João Rogério Sanson*^{**}

Vários autores enfatizam a relativa independência da economia catarinense em relação ao desenvolvimento econômico do país. Isso seria válido especialmente para a região de Blumenau. O fator mais importante para explicar a industrialização do Estado de Santa Catarina seria a vinda de imigrantes germânicos na segunda metade do Século XIX. É a teoria schumpeteriana do desenvolvimento catarinense, que destaca o papel do empresário inovador.⁴

Ao mesmo tempo, observa-se como as antigas colônias de São Pedro de Alcântara e de Blumenau evoluíram diferentemente. Enquanto Blumenau tornou-se um importante pólo industrial brasileiro, São Pedro de Alcântara tornou-se já em seus primórdios uma área de emigração, tendo ainda hoje uma base econômica pouco mais que de agricultura de subsistência. Em anos recentes, está sendo integrada ao turismo étnico, mesmo assim com bastante defasagem em relação a Blumenau, que descobriu esse nicho nos anos 1960.

São Pedro de Alcântara

O Núcleo Colonial de São Pedro de Alcântara formou-se a partir de 1829 com 635 imigrantes de língua alemã. Após 25 anos, contava com 1500 habitantes. Localizou-se a uma distância de pouco mais de 30 quilômetros de São José, à margem do Rio Marum, no caminho de tropas para Lages. Um dos objetivos da colonização era reforçar e desenvolver esse caminho por razões de segurança militar. Isso explica porque parte dos colonos (112) era constituída de ex-soldados alemães que antes estavam a serviço do governo brasileiro. As colônias alemãs de São Leopoldo (RS) e de Rio Negro (PR) tinham sido criadas pouco antes ao longo da estrada de tropas entre o Sul e São Paulo. Lages era uma vila ao longo dessa estrada. Esse uso estratégico da colonização com pequenas propriedades seguiu o modelo da colonização açoriana de 80 anos antes.

Outras colônias de imigração alemã foram também fundadas na mesma região, sendo algumas resultantes da migração dos primeiros colonos de São Pedro de

* Economista

** Professor de Economia da UFSC e bolsista-pesquisador do CNPq. E-mail: jrsanson@mbox1.ufsc.br.

Agradeço informações de Genésio Suene e Pedro Moreira Filho.

⁴ O economista Joseph A. Schumpeter escreveu suas obras na primeira metade do Século XX. Michels (1998) faz uma conveniente resenha das análises do desenvolvimento econômico catarinense, incluindo os autores associados à hipótese schumpeteriana: Idaulo J. Cunha, Maria L. R. Hering, Ondina P. Bossle e Ady Vieira Filho. Ax-Wilhelm (1999) discute brevemente essas teorias como base para sua comparação do desenvolvimento econômico das colônias de São Pedro de Alcântara, Blumenau e seus entornos.

Alcântara. Este é o caso do Alto Biguaçu (hoje Antônio Carlos) e de Biguaçu. A presença alemã junto com outras etnias já se fazia notar nelas desde 1830. Essa onda de colonização germânica ocorreu também no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e em Minas Gerais. Nos anos seguintes, até a fundação de Blumenau, a imigração germânica para Santa Catarina, reforçada por outras etnias, gerou uma série de outras colônias. Exemplos não-germânicos são, em 1836, a Colônia Nova Itália, nas margens do Rio Tijucas, e, em 1842, a colônia francesa do Saí, nas vizinhanças de São Francisco do Sul. Assim como as colônias alemãs do período, estas não tiveram um desenvolvimento econômico destacado no longo prazo ou simplesmente se extinguiram.

O relevo de São Pedro de Alcântara, por ser muito montanhoso, limitava o uso das técnicas mais produtivas da época. Inicialmente, os colonos tentaram implantar as mesmas culturas agrícolas que conheciam na Alemanha, mas inadequadas à região. Posteriormente, adotaram com sucesso culturas como a mandioca e o feijão, ajustando sua tecnologia à experiência anterior dos açorianos. A produção excedente de alimentos era destinada aos mercados consumidores de São José e Desterro. No entanto, o transporte era feito por estradas precárias, quando não apenas picadas, dificultando a circulação de carroças. O Rio Maruim era inadequado à navegação fluvial.

Embora os imigrantes alemães tenham saído da cidade portuária de Bremen, eram agricultores da região do Rio Mosela, próximo à fronteira com a França. Entre os ex-soldados havia pelo menos um torneiro e um marceneiro. Havia também outros tipos de profissionais. Um deles se tornou diretor da colônia já em 1830. A presença dos soldados no início da colônia tem sido vista como inadequação desses colonos à agricultura, mas pode também ser vista como um potencial à criação de pequenas indústrias locais para atender aos demais colonos, sem contar que talvez tivessem sido agricultores anteriormente.

Sobre a religião dos colonos, sabe-se a partir do relato de viagem de Robert Avé-Lallemant que, em 1858, de 200 lares estimava-se 140 de católicos. Em 1864, a distribuição era aproximadamente a metade de católicos e metade de protestantes nas colônias vizinhas de Santa Isabel e Teresópolis. Essas colônias misturavam novas levas de colonos alemães com emigrantes de São Pedro de Alcântara.

Em 1830, o governo cortou temporariamente o apoio financeiro à imigração estrangeira, que era dado durante a fase de instalação nas novas terras. Isso gerou insatisfação entre os colonos de São Pedro de Alcântara, que liderados pelos ex-soldados rebelaram-se contra a administração da colônia, buscando o recebimento das diárias e melhores terras. Quinze ex-soldados foram presos e enviados ao Rio de Janeiro. Alguns colonos migraram para outras colônias, inclusive para a região de Blumenau, antes de sua criação oficial.

Blumenau

A partir de 1835, a criação de várias colônias decorreu de iniciativa do governo provincial catarinense. Dez anos depois, colonos belgas fundaram uma colônia, hoje Ilhota, à margem do Rio Itajaí-Açu. A colonização de Blumenau, rio acima, começa oficialmente após a chegada de 17 imigrantes alemães em 1850. Nos primeiros dez anos, a colônia ficou sob a responsabilidade do Dr. Hermann Blumenau, como empreendimento privado. Nesse período, a população atinge apenas o total de 943 habitantes. De 1860 em diante, começa uma nova fase de ingresso de colonos, elevando-se a população para 14 mil ao final das duas décadas seguintes. Foi a partir da década de 1880 que se iniciaram algumas das empresas da área têxtil hoje bastante conhecidas.

Depois de 1875, ocorre uma forte onda migratória de italianos. O próprio Dr. Blumenau encaminhou os primeiros imigrantes para as vizinhanças da área central da colônia que agora se consolidava. Uma lei brasileira de imigração, aprovada dois anos antes da criação da colônia, proibia o uso de escravos pelos novos colonos. Além de objetivos racistas, ela visava impedir a entrada dos imigrantes na produção de café, como havia acontecido com os suíços na Província do Rio de Janeiro (Petrone, 1982, p.39-40).

Blumenau foi favorecida por sua localização ao longo do Rio Itajaí-Açu, que era navegável e facilitava a integração da colônia com a cidade portuária de Itajaí. Isso viabilizou, em 1877, a fundação da Cia. de Navegação Fluvial Itajaí-Blumenau. Nessa época, os produtos mais vendidos pela colônia eram madeira serrada, açúcar, aguardente, charutos, araruta, manteiga e couro. Além da navegabilidade do rio, terras férteis estavam disponíveis em áreas relativamente planas e amplas o suficiente para a consolidação da colônia.

Desde o início, houve a presença de artesãos de várias especialidades, que criavam pequenas indústrias voltadas para o mercado local à medida que a população crescia. Na fase inicial da colônia, isso não passava de uma atividade complementar à agricultura.

A religião predominante nos primeiros anos era protestante, porém dados de 1880 mostram uma participação de 35,5% de católicos e 61,5% de protestantes. Houve, na verdade, uma política oficial do governo brasileiro de estimular a imigração de católicos, inicialmente alemães e depois italianos.

Cinco anos após o início da colônia, o Dr. Blumenau, em dificuldades financeiras no empreendimento, tomou um empréstimo junto ao Governo Imperial. Mesmo assim as dificuldades continuaram e, em 1860, a colônia foi estatizada. O Dr. Blumenau tornou-se funcionário público, como diretor. A partir daí, a colônia se consolidou economicamente, embora com base na atividade privada.

Conclusão

A comparação das experiências das colônias de São Pedro de Alcântara e de Blumenau cria dificuldades para a aplicação da teoria schumpeteriana ao caso de

Blumenau. Ambas começaram em condições étnicas bastante similares, incluindo religião e presença de artesãos. Embora a navegabilidade do Rio Itajaí-Açu tenha claramente facilitado a vida dos blumenauenses, os colonos de São Pedro tinham um caminho já existente que, embora fosse precário, permitia o transporte de mercadorias numa distância relativamente curta até São José. Na verdade, o Rio Itajaí-Açu não havia viabilizado do mesmo modo que Blumenau a colônia belga fundada quinze anos antes.

Não cabem aqui explicações alternativas para o sucesso de Blumenau, mesmo porque já existem em grande número, refletindo a ausência de uma teoria geral do desenvolvimento econômico que se destaque das demais nos testes empíricos. Mas a etnia como o elemento mais importante ou como equivalente ao inovador schumpeteriano sai enfraquecida da comparação dos casos de São Pedro de Alcântara e de Blumenau.

Fatores como a dotação de recursos disponíveis em cada colônia e o papel do Estado, num caso pela escolha do local da colônia por razões estratégicas em vez de econômicas e no outro pelo apoio econômico em momento crítico, podem ser mais importantes que a etnia, embora não os únicos. As fases de ciclos econômicos da economia brasileira foram também diferentes, afetando diretamente o nível de atividade das cidades próximas às colônias e a conseqüente capacidade financeira do Estado. São Pedro de Alcântara é fundada próximo à crise econômica que gerou, entre outras revoltas, a Revolução Farroupilha, enquanto que Blumenau, na segunda metade do Século XIX, período em que o país retoma o crescimento econômico e o Estado brasileiro passa a ter um papel mais ativo no apoio ao desenvolvimento econômico (Leff, 1982, vol.2, cap.5). Ondas de criação de indústrias, portanto de inovadores schumpeterianos, surgiram em outras partes do país na mesma época em que surgiram em Blumenau, inicialmente voltadas para seus respectivos mercados regionais como nesse caso.

Um precedente histórico relevante é a existência de teares capazes de produzir panos de linho e de algodão puro na própria Desterro quando da proibição dos mesmos em 1785. O Pe.Lourenço Rodrigues de Andrade protestou em 1821 contra isso, ao se apresentar, como representante da capitania nas Cortes de Lisboa, vestido com panos grossos para escravos. Tais panos eram os únicos cuja tecelagem ainda era permitida localmente (Piazza, 1983, p.226).

Referências bibliográficas

- AX-WILHELM, Michael. *Desenvolvimento Sócio-Econômico: Um Ensaio Comparativo sobre Blumenau e São Pedro de Alcântara (1828-1940)*. Ago.1999. ix+55 f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis.
- LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil*. Trad.de Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991. 2 vol. Original de 1982.
- MICHELS, Ido L. *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1998.
- PETRONE, Maria Thereza S. *O Imigrante e a Pequena Propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é História, 38.)
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1983.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br.

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Revisão de português: Vicente V.de Bona Sartor

Apoio: Departamento de Ciências Econômicas e Direção do CSE – UFSC